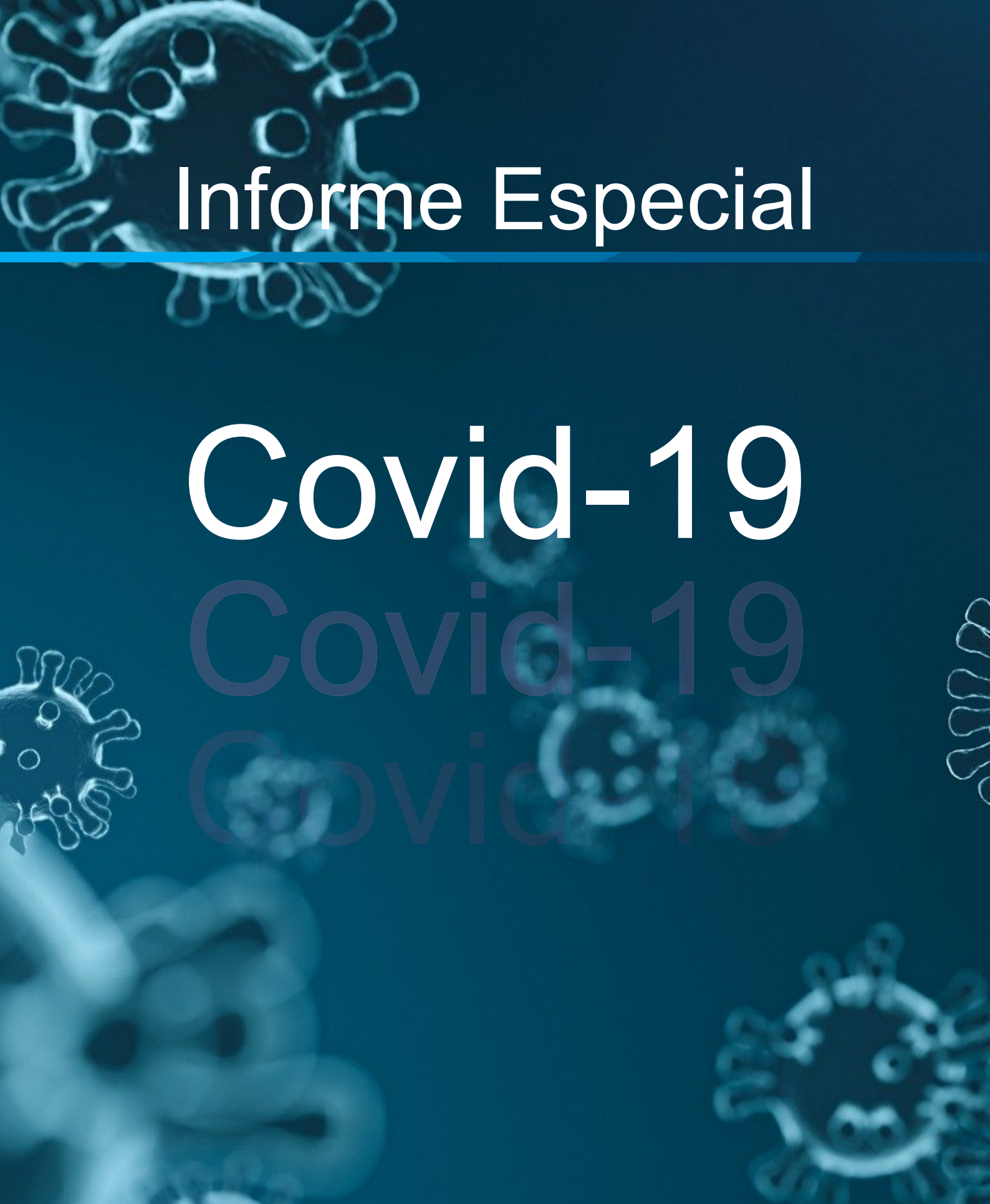




Informe Especial

Covid-19

Covid-19

Covid-19

Informe Especial: Covid-19

Este Informe Especial tem como finalidade apresentar, de maneira sistematizada, as ações realizadas pelas instituições do SNF no combate aos efeitos do Covid-19. Para tanto, busca contextualizar a conjuntura atual e seus possíveis desdobramentos, apresentando as principais políticas econômicas e sociais adotadas pelo governo brasileiro. Adicionalmente, oferece breve panorama das medidas fiscais, monetárias e creditícias implementadas por países selecionados, afetados pelo Covid-19, bem como das iniciativas de IFDs internacionais.

Edição com **informações levantadas até 30 de março de 2020**. Esse documento será atualizado, conforme novas medidas forem anunciadas.

Sumário

[Brasil: medidas fiscais de R\\$ 247,5 bilhões.....#3](#)

[SNF: 16 instituições adotam medidas e montante representa 2,3% do PIB #5](#)

[Internacional: países implementam medidas monetárias e fiscais para combate à crise..... #8](#)

[IFDs internacionais: pacotes de medidas atendem especialmente às MPMEs..... #10](#)

Contexto

A pandemia do novo vírus Covid-19 tem afetado duramente as economias dos países mais gravemente atingidos pela crise sanitária decorrente da contaminação em massa de suas populações. As políticas recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para a contenção da doença e preservação da capacidade de atendimento de sistemas de saúde sobrecarregados têm preocupado por seus impactos econômicos. Na China, primeiro país atingido pela pandemia, a produção industrial do primeiro bimestre registrou retração de 13,5% e a taxa de crescimento do país deverá ser substancialmente menor em 2020.

A crise econômica desencadeada pela pandemia tem características particulares e, em muitos aspectos, se difere de crises financeiras convencionais, inclusive daquela ocorrida em 2008, ainda que seu impacto possa se revelar até mais grave. Demanda, portanto, respostas coordenadas em termos de políticas capazes de atender às recomendações sanitárias e seus efeitos negativos sobre os sistemas produtivos, comerciais e sobre a sustentação da renda.

Do ponto de vista estritamente econômico, o Banco Europeu de Investimento identificou três fatores principais que caracterizam a crise atual: (i) uma forte contração da demanda, desdobrando-se em problemas de liquidez para empresas que perdem abruptamente receitas; (ii) interrupções na cadeia de suprimentos, principalmente em cadeias dependentes de importação; e (iii) escassez de mão-de-obra, com as restrições de circulação recomendadas para combater a disseminação da doença.

As consequências econômicas mais graves da crise são esperadas para micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), por serem intensivas em capital humano, e para os trabalhadores autônomos e informais, que sofrem com a interrupção no seu fluxo de renda decorrente da quebra da demanda. Uma vez que as MPMEs são responsáveis pela maior parte dos postos

de trabalho, espera-se também elevação na taxa de desemprego. Setores como turismo, varejo, esportes e entretenimento vêm sendo afetados mais diretamente, mas é provável que haja efeitos secundários em toda a economia.

Diante deste cenário, os governos nacionais, regionais e estaduais de países que já sofrem os efeitos mais agudos da pandemia têm adotado medidas para mitigar o impacto econômico da crise sanitária, como ações de garantia de emprego e renda para a população, socorro financeiro às MPMEs e, mais urgentemente, investimentos emergenciais na área de saúde pública, para atender à sobrecarga dos setores médico e hospitalar.

Entre as ferramentas à disposição do Estado para atuar no combate à pandemia e seus efeitos econômicos, cabe ressaltar as Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFDs), instrumentos de política pública de grande relevância, que são capazes de operar com agilidade na interface entre atores privados e governamentais, além de serem dotados de experiência e conhecimento para atuar no apoio a segmentos e setores específicos, avaliando e mitigando riscos de variadas naturezas.

No Brasil, 34 IFDs formam o Sistema Nacional de Fomento (SNF), que congrega bancos públicos federais, bancos de desenvolvimento controlados por Unidades da Federação, bancos cooperativos, bancos públicos comerciais estaduais com carteira de desenvolvimento, agências de fomento, além da Finep e do Sebrae. Para melhor promover o debate e o avanço do segmento, a maioria das IFDs brasileiras estão reunidas na **Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE)**.

Brasil: medidas adotadas pelo Governo Federal

A deterioração do cenário internacional no mês de março demandou às autoridades brasileiras medidas emergenciais. É importante ressaltar que o cenário anterior ao estopim da crise do Covid-19 já apresentava desafios internos e externos. A divulgação do PIB de 1,1% no início do mês de março foi menor do que as estimativas da equipe econômica para o ano de 2019. Fatores adicionais, como a guerra de preços do petróleo entre a Arábia Saudita e a Rússia e o impacto do novo coronavírus na atividade econômica chinesa, vinham impactando o mercado de câmbio e demandando intervenções do Banco Central do Brasil (BCB), nos primeiros meses do ano.

O agravamento da crise sanitária nos países europeus teve como resposta o Decreto Legislativo Nº 6 de 2020, que reconheceu estado de calamidade pública no Brasil e, conseqüentemente, levou à dispensa do atingimento dos resultados fiscais estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O governo tem, desde então, anunciado o pacote de medidas fiscais para minimizar os efeitos da crise em etapas, totalizando até o momento **R\$ 287,5 bilhões**. A maior parte das medidas propostas ainda deverão ser aprovadas pelo Congresso Nacional.

No plano monetário, o BCB, que vem atuando em ambiente de acentuada incerteza, intensificou seus esforços para manter a funcionalidade do mercado financeiro, publicando resoluções com o objetivo de garantir a liquidez e atenuar a queda no apetite por risco dos investidores. Até o momento, anunciou pacote no valor de **R\$ 1,2 trilhão** de injeção de liquidez na economia. Outras medidas adotadas têm impacto de R\$1,1 trilhão sobre o crédito.

As principais medidas anunciadas pelo governo federal e pelo BCB até o momento são descritas a seguir.

Medidas monetárias

R\$ 1,2 trilhão em liquidez para o sistema financeiro nacional e R\$ 1,1 trilhão para liberação de capital

- Redução da taxa de juros básica para 3,75%;
- Utilização do estoque de reservas internacionais e linha de *swap* de liquidez, no montante de R\$ 60 bilhões, em cooperação com Fed;
- Circular nº 3.993: reduz a alíquota de recolhimento compulsório de 25% para 17%, ou R\$ 68 bilhões de liberação adicional;
- Flexibilização dos Títulos de Renda Fixa do agronegócio (LCA), com potencial de adicional de R\$ 2,2 bilhões aos bancos;
- Ampliação do limite de recompra de Letras Financeiras de emissão própria;
- Empréstimo com lastro em letras financeiras garantidas por operações de crédito, com potencial de liberação de R\$ 670 bilhões;
- Oferta de R\$ 50 bilhões em operações compromissadas com títulos soberanos brasileiros;
- Resolução nº 4.785: estabelece o Novo Depósito a Prazo de Garantia Especial (DPGE), no valor de R\$ 200 bilhões;
- Empréstimos com lastro em debêntures, com potencial de liberação de R\$ 91 bilhões;
- Resolução nº 4.783: diminui o Adicional de Conservação de Capital Principal (ACCP) de 2,5% para 1,25%, potencial de expansão de R\$ 640 bilhões na concessão de crédito;
- Eliminação da dedução do capital dos efeitos tributários das operações de *overhedge*;
- Resolução nº 4.782: dispensa os bancos de classificarem como problemáticos ativos sujeitos a reestruturações, até setembro de 2020. Impacto pode chegar a R\$ 3,2 trilhões.
- Linha de R\$ 40 bilhões do Tesouro Nacional, para financiamento da folha de pagamento de MPes, operada pelo BNDES.

Medidas fiscais e parafiscais

R\$ 287,5 bilhões em medidas de apoio aos entes da Federação, aos negócios e aos trabalhadores

Ajuda aos Estados e Municípios, no valor total de R\$ 88,2 bilhões

- Suspensão da dívida dos estados com a União, no valor de R\$ 12,6 bilhões;
- Operações de facilitação de crédito, no valor de R\$ 40 bilhões;
- Transferência de R\$ 8 bilhões do Fundo Nacional de Saúde para os fundos estaduais e municipais;
- R\$ 9,6 bilhões em renegociação de dívidas dos estados e municípios com bancos públicos federais;
- R\$ 2 bilhões para ampliação do orçamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); e
- R\$16 bilhões para recomposição do Fundo de Participação dos Estados (FPE);

Antecipação de 13º salário, abono salarial, seguro-desemprego e Bolsa Família

- Antecipação da primeira parcela do 13º salário de aposentados e pensionistas do INSS para abril. Valor estimado de R\$ 23 bilhões;
- R\$ 12,8 bilhões para antecipação do valor do abono salarial em junho;
- R\$ 3,1 bilhões para aumento do orçamento do Programa Bolsa Família. Medida deve permitir a inclusão de mais de 1,2 milhão de famílias que aguardam na fila de espera;
- Compensação para os trabalhadores que tiveram o salário reduzido. Valor estimado de R\$ 10 bilhões para a medida.

FGTS, PIS/PASEP e auxílio emergencial para trabalhadores informais

- R\$ 21,5 bilhões de recursos não sacados no PIS/PASEP irão para o FGTS e serão permitidos novos saques;
- Empresas poderão adiar o pagamento do FGTS por três meses. Valor estimado da medida: R\$ 30 bilhões;
- Auxílio emergencial (voucher) de R\$200, em média, a trabalhadores informais ou desempregados com mais de 18 anos que integrem família de baixa renda, por meio da Caixa Econômica Federal. Esse valor poderá ser maior, de acordo com a proposta que está sendo formulada na Câmara dos Deputados.

Outras medidas

- R\$ 5 bilhões de liberação de crédito do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para MPMEs, medida também anunciada no âmbito das políticas adotadas pelo BNDES;
- Simples Nacional: Empresas no programa poderão adiar pagamento de tributos federais por três meses. Valor estimado da medida é R\$ 22,2 bilhões;
- Está em processo de aprovação pelo Congresso Nacional a antecipação de R\$200 reais mensais no âmbito do Benefício de Prestação Continuada (BPC), com custo estimado de R\$ 5 bilhões, e a redução de 50% nas contribuições do Sistema S por 3 meses, com impacto estimado de R\$2,2 bilhões;
- R\$ 5 bilhões de acréscimo no orçamento do Ministério da Saúde;
- Destinação de R\$ 4,5 bilhões do saldo do fundo DPVAT para o SUS.

Ações do Sistema Nacional de Fomento no combate a crise

O Sistema Nacional de Fomento (SNF) é um importante instrumento à disposição dos governos, especialmente relevante em momentos de crise. Como exemplo recente do papel que o SNF pode desempenhar como ferramenta para superar crises econômicas agudas, destaca-se a atuação contracíclica durante a crise financeira mundial de 2008. A importância das IFDs brasileiras durante aquele período se assemelha ao que foi observado internacionalmente.

Uma das características singulares do SNF é sua potencialidade para atuar como braço operacional e financeiro de seus governos controladores, tendo capacidade de operacionalizar as políticas públicas necessárias para a promoção de atividades estratégicas e para a mitigação dos efeitos adversos de períodos de crise econômica.

No caso específico da crise desencadeada pela pandemia do Covid-19, a despeito das medidas fiscais serem o instrumento mais imediato para garantir a renda das famílias e o investimento em saúde pública, o SNF se apresenta como ferramenta indispensável para a dotação de recursos de investimento emergenciais no setor da saúde e, especialmente, para a sustentação das MPMEs, gravemente atingidas. Especialmente, após a superação da crise sanitária, o SNF será crucial para promover a retomada da economia brasileira, apoiando a reestruturação dos setores mais duramente atingidos.

A crise sanitária e econômica afetará de formas diferentes as regiões do país, e espera-se que os variados governos estaduais, em conjunto com os órgãos federais, sejam capazes de oferecer respostas específicas a cada uma das localidades, de maneira coordenada e ágil. A demanda por diferentes atuações em cada ente federativo (municípios, estados e União) passará, sem dúvida, pela articulação entre as instituições do SNF.

O SNF, ao contar com atores subnacionais—como bancos de desenvolvimento controlados por Unidades

da Federação, bancos comerciais estaduais e agências de fomento— que têm expertise na implementação de políticas focadas no desenvolvimento local, está dotado de capacidades institucionais voltadas ao olhar regionalizado, oferecendo também a capilaridade necessária para contribuir como veículo da condução de iniciativas coordenadas entre estados e União.

Merece atenção o papel que as instituições subnacionais já cumprem em duas esferas: sua atuação junto às MPMEs e ao financiamento dos municípios. Com o último, sua expertise em financiar o setor público lhe dá agilidade para implementar soluções financeiras que permitam aos municípios fortalecer seus sistemas de saúde.

Ademais, quanto ao segmento das MPMEs, a experiência destas instituições no atendimento a micro, pequenos e médios negócios e o relacionamento já estabelecido com tais atores facilitarão a implementação de medidas emergenciais de apoio. Além do financiamento, a capacitação destes empresários para gerenciar financeiramente seus negócios é, atualmente, muito importante, papel que pode ser desempenhado pelo Sebrae, integrante do SNF, e que já atua de forma articulada com as IFDs nos estados.

Por fim, as instituições do SNF têm um papel importante a desempenhar na canalização de recursos que ofertados por organismos internacionais e multilaterais para o combate às crises sanitária e econômica. Tendo realizado captações no exterior, com diversos desses atores, o SNF está apto a captar recursos emergenciais e direcioná-los de forma adequada para que contribuam para a política nacional.

Até o momento, as instituições associadas à ABDE têm evidenciado sua rápida e eficiente capacidade de resposta, **ofertando mais de R\$ 211,2 bilhões (2,9% do PIB) para medidas de combate à crise.**

As principais medidas adotadas pelo Sistema Nacional de Fomento, lançadas até o presente momento, compreendem:

- Criação de linhas de crédito ou ampliação de linhas já existentes destinadas às MPMEs;
- Adiamento e suspensão das obrigações relacionadas a empréstimos já contratados;
- Melhores condições nos termos das novas operações a serem contratadas; e
- Financiamento específico para o setor da saúde.

Além desta atuação imediata para conter os efeitos emergenciais da crise, o SNF vem estudando outras medidas que podem ser tomadas tanto para o combate a crise sanitária e econômica, quanto para uma retomada da economia.

Para conhecer melhor as medidas adotadas por cada uma delas, **clique no logo da instituição** na imagem abaixo. Na sequência, apresentamos quadro que resume a atuação dos associados da ABDE.

R\$ 211,2 bilhões

em ações de combate aos efeitos do Covid-19



Quadro 1 – Atuação do SNF no combate ao Covid-19. Iniciativas anunciadas até 30 de março de 2020

	Novas linhas ou recursos para MPMEs	Adiamento e/ou suspensão de pagamentos	Melhores condições para operações contratadas	Financiamento específico para Saúde
Bancos Públicos Federais				
BNDES	✓	✓		✓
BB	✓	✓		
BNB	✓	✓	✓	
Banco da Amazônia		✓		
Bancos Comerciais Estaduais				
Banpará	✓		✓	
BRB	✓	✓	✓	
Bancos Cooperativos				
Bansicredi	✓	✓	✓	
Bancoob	✓	✓	✓	
Cresol	✓	✓	✓	
Bancos de Desenvolvimento subnacionais				
Bandes	✓	✓	✓	
BDMG		✓	✓	✓
BRDE	✓	✓		
Agências de Fomento				
Afap				✓
Afeam	✓			
Age		✓		
AGN		✓	✓	
Ag Ft Tocantins	✓	✓	✓	
Agerio	✓		✓	
Badesc	✓		✓	
Badesul	✓	✓	✓	
Desenvolve MT	✓	✓		
Desenvolve SP	✓		✓	
Desenvolve	✓			
Desenbahia	✓	✓	✓	
Fomento Paraná	✓	✓	✓	
Goiás Fomento	✓	✓	✓	
Piauí Fomento	✓	✓	✓	✓
Instituições não financeiras				
FINEP				✓

Internacional: medidas monetárias, fiscais e parafiscais

Diante da crise Covid-19, diversos países têm implementado políticas monetárias, fiscais e parafiscais, com foco nas áreas de saúde e preservação da renda e liquidez dos agentes econômicos. O papel relevante do Estado no enfrentamento da crise se traduz nos grandes pacotes emergenciais com ações de intervenção, anunciados no último mês.

As principais medidas apresentadas tratam da ampliação do crédito, da criação de novas linhas e da renegociação de financiamentos, especialmente para micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), além do reforço nos sistemas de saúde, assistência para as famílias e redução, subvenção e/ou adiamento de impostos para setores econômicos.

Os maiores pacotes de medidas anunciados, até o momento, são de EUA, Reino Unido e países da União Europeia. Os EUA implementará o maior pacote de ajuda financeira da história do país, um acordo de US\$ 2 trilhões para auxiliar o sistema de saúde, transferir recursos diretamente aos cidadãos, ampliar benefícios do seguro-desemprego e apoiar os estados e pequenas empresas. O pacote ainda está em fase de aprovação, mas já passou pelas negociações no Senado.

O Reino Unido disponibilizou até o momento montante equivalente a aproximadamente 17% do PIB, para apoio e regaste de empresas (no total de £330 bilhões), aumento de benefícios e redução de impostos para empresas afetadas, além de subvenções para MPMEs e suspensão do pagamento de hipotecas. O governo britânico também anunciou a cobertura de 80% do custo dos salários, ou até £2500 ao mês, auxílio para os desempregados e se preocupa com os efeitos sobre a categoria de trabalhadores autônomos, que aumentou nos últimos anos. Medidas de auxílio do governo federal para autoridades locais no valor de £500 milhões também estão previstas, além de £45 bilhões para a pesquisa na área da saúde.

Na União Europeia, os países membros adotaram número expressivo de medidas para conter os efeitos da crise sanitária na saúde e na economia. A França

anunciou um total de recursos equivalente a 12% do PIB. O pacote conta com €300 bilhões para empréstimo e € 45 bilhões de incentivos fiscais às empresas, pagamentos diretos para seguridade social, além de abrir a possibilidade de nacionalizar grandes empresas. Outras ações se destacam, como, por exemplo, a suspensão temporária dos pagamentos de contas de luz, gás e água das famílias, e um fundo solidário para as MPMEs afetadas. A Espanha, por sua vez, realizou a maior mobilização de recursos da história do país, no total de €200 bilhões (20% do PIB) dos quais €100 bilhões serão disponibilizados para empréstimos e garantias para empresas que necessitem de liquidez. O país ainda anunciou a extensão do prazo de pagamentos de impostos pelas empresas, adiantamento do orçamento dos estados, principalmente o percentual destinado para a saúde.

Assim como a Espanha e EUA, a Alemanha também anunciou o maior pacote de ajuda de sua história, que soma o equivalente a 37% do PIB do país. O governo federal alemão irá conceder €156 bilhões de euros para financiamento, forneceu €3,5 bilhões de euros adicionais para pesquisa de vacinas e tratamentos para o Covid-19 e outros €55 bilhões de euros para combater pandemias. Outras medidas envolvem garantia de renda para as famílias, principalmente as de baixa renda, liquidez através do banco de desenvolvimento alemão (KfW) e apoio para empresas e funcionários do país.

A Itália aprovou um pacote de €25 bilhões de euros, também anunciou a cobertura de 80% do salário dos trabalhadores de empresas paralisadas, créditos fiscais para desinfecção dos locais de trabalho, redução de impostos e garantia de crédito para MPMEs, e subsídios para a compra de equipamentos médicos.

Japão, China, Coreia do Sul e países da América Latina também lançaram pacotes substanciais de recursos e medidas para enfrentamento da crise, focados no apoio às empresas, no sistema de saúde e na realização de investimentos públicos.

Quadro 2 – Medidas fiscais, parafiscais e monetárias adotadas internacionalmente.

	Crédito para empresas	Apoio às MPMEs	Cobertura de custo de salários	Redução de impostos	Apoio aos sistemas de saúde	Auxílio para famílias	Redução de juros	Obras públicas
União Europeia		✓					✓	
França	✓	✓	✓	✓	✓	✓		
Itália	✓	✓	✓	✓	✓	✓		
Alemanha	✓	✓		✓	✓			✓
Espanha	✓	✓	✓	✓	✓	✓		
Holanda		✓						
Suécia	✓	✓						
Reino Unido	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
EUA	✓	✓		✓	✓	✓	✓	
Canadá	✓	✓	✓	✓		✓		
Austrália						✓		
Nova Zelândia		✓	✓	✓	✓	✓		
Japão	✓	✓					✓	
Coreia do Sul	✓	✓	✓			✓		
China	✓	✓			✓		✓	✓
Tailândia	✓	✓		✓			✓	
Colômbia	✓	✓		✓	✓			
Peru						✓		
Paraguai	✓	✓		✓	✓	✓	✓	
Argentina								✓
Chile	✓	✓		✓		✓		

Internacional: atuação das IFDs

As IFDs de atuação global, como o Banco Mundial, e regional, como o Banco Europeu de Investimento (BEI), têm procurado destinar recursos para mitigação dos efeitos da crise do Covid-19, tanto nos impactos imediatos na área da saúde, quanto nas várias implicações esperadas para as economias. O mesmo pode se dizer de IFDs nacionais, como o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) da Alemanha, que também se mobilizam com ações de apoio aos negócios e de modernização e ampliação dos equipamentos de saúde de seus países.

Destaca-se, entre o primeiro grupo, a atuação do Banco Mundial em nível global, com pacote de medidas no valor de US 14 bilhões para financiar, em linha *"fast-track"*, empresas e países no combate a crise do Covid-19. O pacote tem como foco a preparação dos sistemas públicos de saúde para conter, tratar e diagnosticar a doença, além do apoio ao setor privado. Destes US\$ 14 bilhões, a International Finance Corporation (IFC) destinará US\$ 8 bilhões a instituições financeiras para viabilizar a continuidade do financiamento ao comércio internacional, o suporte em capital de giro e o financiamento de médio prazo a empresas privadas com interrupções em suas linhas de produção.

Na esfera regional, ressalta-se a atuação do Banco Europeu de Investimento (BEI), que divulgou plano para mobilização de mais de € 40 bilhões, com o objetivo de permitir o adiamento de pagamento de empréstimos e outras medidas para aliviar a restrição de liquidez e capital de giro para as PMEs. O plano contempla linhas de crédito, por meio de intermediários financeiros nos estados membros e em parceria com bancos de desenvolvimento nacionais. A estratégia se estrutura em três planos: i) garantias aos bancos com base nos programas já existentes; ii) linhas de liquidez aos bancos para garantir capital de giro adicional as PMEs; e iii) programa de compra de títulos lastreados em ativos para permitir que os bancos transfiram o risco de suas carteiras das PMEs ao BEI.

Em nível nacional a atuação de bancos de desenvolvimento dos países atingidos pela pandemia tem se

centrado, principalmente, na mitigação dos efeitos sobre as PMEs, como atestam exemplos de IFDs variadas da América Latina, Europa, América do Norte e Ásia.

A Cassa Depositi e Prestiti (CDP) na Itália está disponibilizando € 5,4 bilhões através de suas subsidiárias. Dentre as medidas, estão a expansão da linha de financiamento de PMEs, fornecimento de garantias para a facilitação do crédito, suspensão e adiamento do pagamento, além de condições melhores quanto a carência, prazos e taxas.

As ações anunciadas pelo KfW também têm como foco as PMEs. O Programa Especial KfW 2020, de fundo ilimitado financiado pelo governo alemão, oferece às empresas que não apresentam afetadas pelo Covid-19, crédito bancário para investimento e, principalmente, para capital de giro. Nas operações indiretas, o banco opera sobretudo como garantidor de crédito, assumindo os riscos em 80% das grandes empresas e em 90% nas pequenas. Em sua atuação direta, o KfW lançou linha especial de crédito, com limite máximo de 25 milhões de euros, assumindo até 80% dos riscos. Tanto na linha direta quanto na indireta, há melhores condições de taxas e de pagamento para os tomadores. Há a possibilidade de pagar apenas os juros, pelo período de 1 ano, e as taxas foram reduzidas para 1% a 1,46% (PMEs) e 2% a 2,12% (grandes empresas).

Por fim, destaca-se o China Development Bank (CDB), entre os maiores bancos de desenvolvimento nacionais do mundo, que opera no primeiro país afetado pelo Covid-19. O banco tem operado para garantir liquidez e recursos para investimento às empresas, por meio de linhas de financiamento, notadamente para PMEs, segmento para o qual aumentou seu programa de crédito. Está atuando também para a estabilidade do emprego, para a expansão da demanda interna e para a estabilização do investimento e do comércio exterior e investimento estrangeiro.

Abaixo apresentamos quadro-resumo da atuação das IFDs, internacionalmente.

Quadro 3 – Medidas adotadas por IFDs globais, regionais e nacionais

	Cooperação internacional (novos recursos)	Cooperação internacional (recursos existentes)	Crédito para MPMEs	Adiamento / suspensão pagamentos	Melhores condições operações contratadas	Crédito específico para Saúde	Garantias
Instituições globais e regionais							
Banco Mundial	✓		✓			✓	✓
NDB		✓					
BID		✓				✓	
BEI	✓		✓				✓
Asia Dev. Bank	✓		✓			✓	
CAF	✓						
Instituições Nacionais							
BancoEstado (Chile)			✓				
Bancoldex (Colômbia)			✓		✓		
CDC e BPI (França)			✓	✓			✓
KfW (Alemanha)			✓		✓		✓
CDP (Itália)			✓	✓	✓		✓
BD Canadá			✓		✓		
CDB (China)			✓	✓	✓	✓	

ANEXO – Detalhamento da atuação das instituições do SNF

Bancos públicos federais



Aporte de R\$ 55 bilhões, dos quais R\$ 20 bilhões em transferência de recursos do Fundo PIS-PASEP para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); suspensão temporária de pagamentos de parcelas de financiamentos diretos para empresas no valor de R\$ 19 bilhões; suspensão temporária de pagamentos de parcelas de financiamentos indiretos para empresas no valor de R\$ 11 bilhões; ampliação do crédito para micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), por meio dos bancos parceiros, no valor de R\$ 5 bilhões; R\$ 2 bilhões para o plano "BNDES Apoio Emergencial ao Combate da Pandemia do Coronavírus", com foco em saúde. Além dessas medidas, o BNDES será responsável pela operacionalização de R\$ 40 bilhões em recursos do Tesouro Nacional (75%) e de bancos de varejo (25%) para financiar a folha de pagamento das empresas e evitar demissões.



Disposição de R\$ 100 bilhões para empréstimos a pessoas físicas, empresas e o agronegócio. Também serão oferecidos recursos para compra de suprimentos e outros investimentos na área de saúde, eficiência energética, infraestrutura e viária, educação e saneamento para prefeituras municipais e governos estaduais. Além disso, como operacionalizador do FCO, o BB destinará R\$ 150 milhões para o Estado de Goiás, a pedido do Governo do Estado.



Liberação de R\$9,5bi para financiamento de Microempreendedores e MPEs com carência de até 6 meses. Elevou, para os clientes urbanos, de R\$ 50 mil para R\$ 100 mil o valor das contratações sem obrigatoriedade de vinculação de garantias reais, podendo ser apenas fidejussórias. Além disso, possibilitou a prorrogação de empréstimos e financiamentos por até seis meses, contratados por empreendimentos impactados economicamente pela pandemia do novo coronavírus.



Entra em vigor medida que contempla pessoas físicas e jurídicas que desejem suspender as parcelas de financiamento de operações de crédito de fomento. Além da flexibilização das condições de acesso às linhas de capital de giro com taxas diferenciadas.

Voltar

ANEXO – Detalhamento da atuação das instituições do SNF

Bancos públicos comerciais com carteira de desenvolvimento e bancos de desenvolvimento controlados por unidades da federação



Disponibilização de R\$ 100mi no segmento de micro e pequenas empresas com juros de 0,2%.



Liberação de até R\$ 1 bilhão em crédito orientado para empresas afetadas de todos os portes. O crédito poderá ser contratado por meio do BRB Progiro – Capital de giro e estará disponível em todas as agências da instituição. A expectativa é que a medida alivie o setor produtivo, principalmente o ligado a serviços, gastronomia, entretenimento e academias de ginástica. No crédito imobiliário, o banco oferece carência de três meses e demais operações parceladas. Durante a carência, serão cobrados apenas valores referentes ao seguro das operações e taxa de administração.



Lançamento de programa emergencial para destinar crédito aos MPMEs, empreendedores individuais e municipalidades. Os setores prioritários nas MPEs: turismo, economia criativa, prestação de serviços, alimentação e outros serviços duramente atingidos com a crise. O programa irá liberar R\$ 1,3 bi até o final de 2020. Postergação, por até 6 meses, dos contratos de verbas que não tenham equalização de juros pelo Governo Federal, como Plano Safra e PSI.



Criação de linha de Crédito Emergencial Bandes/Banestes direcionada às empresas de segmentos que sofreram perdas em decorrência da pandemia do Covid-19 e apresenta condições especiais de taxa, prazo e carência e suspendeu, por 90 dias, as cobranças relativas aos contratos, com vencimentos a partir de abril, de empresas que atuam nos segmentos de turismo, hotelaria, bares, restaurantes e entretenimento em geral.



Disponibilização de três linhas de crédito com condições especiais para auxiliar empresas de todos os portes pertencentes ao setor de saúde em Minas Gerais. Serão disponibilizados recursos para capital de giro e investimentos para compra de matéria-prima para fabricação de produtos de alta demanda (máscaras, álcool em gel, lenços), reforço de estoque, preparação de leitos, contratação de mão de obra temporária, entre outros. Para as micro e pequenas empresas com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões, será disponibilizada a linha Giro Saúde. Para a faixa de empresas com faturamento anual entre R\$ 4,8 milhões e R\$ 30 milhões, o BDMG lançou a linha Giro Mais Saúde. Já para as médias e grandes empresas, com faturamento anual acima de R\$ 30 milhões, que incluem laboratórios, indústrias, grandes hospitais e outras empresas do setor, foi criada a linha BDMG Saúde.

Voltar

ANEXO – Detalhamento da atuação das instituições do SNF

Agências de fomento



Financiamento de equipamentos laboratoriais para identificação do coronavírus.



Renegociação dos contratos ativos que estão com as parcelas em dia das linhas “Crédito Popular” e “Fenearte”, com prazo de pagamento ampliado automaticamente em 90 dias. As taxas de juros da linha “Crédito Popular” são atualmente de 1,49%, melhores do que as oferecidas no mercado.



Para o microcrédito estão sendo oferecidas taxas a partir de 0,25% ao mês, carência de 12 meses, prazo de pagamento de até 24 meses e limite de crédito de R\$ 21 mil. Para micro, pequenas e médias empresas, as taxas são a partir de 0,74% ao mês, carência de 24 meses, prazo de pagamento de até 60 meses e limite de R\$ 500 mil. Ao todo a Agerio irá operar R\$320 milhões.



Agência está fornecendo melhores condições, com ampliação da carência do início do pagamento para 90 dias para clientes de novos financiamentos, realizados até 30 de abril, e manteve a bonificação nos juros para o pagamento em dia. Assim, se o cliente realizar o pagamento até a data de vencimento do boleto, ficará isento dos juros. Nos financiamentos ativos da agência, suspensão por 90 dias no pagamento das parcelas para microempreendedores.



Destinação de R\$ 40 milhões para MPEs para auxílio dos empreendimentos durante a crise do coronavírus.



Prorrogação de do prazo para pagamento das parcelas de empréstimos e financiamentos dos meses de abril e maio para o final do contrato e criação de novas linhas de capital de giro com carência e taxa reduzida para diversos seguimentos.

[Voltar](#)

ANEXO – Detalhamento da atuação das instituições do SNF

Agências de fomento



Lançou linha Badesc Emergencial, especialmente para as micro e pequenas empresas afetadas pelos efeitos das medidas de combate ao coronavírus, no valor total de R\$ 50 milhões. A linha tem condições especiais de taxa de juros, prazo e carência.



Criação de linha de crédito de capital de giro, no valor de R\$ 15mi com taxa de juros baixa, carência e com condições especiais.



DESENVOLVE SP
O BANCO DO EMPREENDEDOR

Disposição de R\$ 275 milhões para os setores de Turismo (R\$ 100 milhões), Cultura e Economia Criativa (R\$ 100 milhões) e Comércio (R\$ 75 milhões). Já outros R\$ 200 milhões com taxa de juros da linha de capital de giro são destinados para auxiliar as empresas paulistas através de condições especiais de financiamento para promover maior liquidez para micro, pequenas e médias empresas. Há ainda linhas de microcrédito de R\$ 25 milhões para empreendedores com faturamento anual abaixo de R\$ 81 mil pelo Banco do Povo Paulista.



A agência disponibilizará renegociações de até R\$ 250 milhões, sendo que as operações de Fungetur estarão com a possibilidade de postergação de pagamento de até 6 meses. No caso das operações de repasse do BNDES, a agência estuda viabilizar a postergação dos pagamentos também no período de 6 meses, no montante de R\$ 203 milhões. Além disso, o Badesul está disponibilizando R\$ 20 milhões para giro de pequenas empresas do setor de turismo.



Oferecendo aos clientes todas as condições anunciadas pelas fontes de recursos, cuja a Agência opera. Que são Fungetur, BNDES, BNB e Finep e estudando outras medidas a serem implementadas.



DESENVOLVEMT

Monitora sua carteira de clientes e analisa pontualmente cada caso de acordo com a demanda e disponibiliza crédito com carência de três meses e prazo de até 36 meses para pagamento aos pequenos e médios empreendedores.

[Voltar](#)

ANEXO – Detalhamento da atuação das instituições do SNF

Agências de fomento



Pacote de medidas anunciado inclui liberação de R\$ 120 milhões para a linha de capital de giro para empreendedor informal, MEI e micro e pequenas empresas (MPes), e R\$ 160 milhões para a linha de crédito para manutenção dos salários para empreendedor informal, MEI e MPes. Ambas as linhas com melhores condições de taxa de juros, prazo e carência. A agência oferecerá ainda R\$ 148 milhões para a suspensão das parcelas de crédito dos financiamentos aos municípios, por 6 meses, mediante solicitação, e R\$ 36 milhões para suspensão temporária de pagamento das parcelas, por 90 dias, nas operações de microcrédito, também mediante solicitação do cliente. Renegociação para devedores, em condições especiais.



A agência lançou linha de R\$ 350 milhões para capital de giro emergencial, inclusive custos fixos, para MEI, micro e pequenas empresas. A carência é de 6 a 12 meses e o prazo para pagamento de 24 meses. Além disso, prorrogou em até 60 dias o prazo de vencimento das parcelas relativas aos contratos de financiamento, vencidas em março, para os clientes adimplentes e suspensão da inclusão do nome em órgãos de proteção ao crédito.



Criação de uma linha de crédito para estimular as MPes, especialmente as que trabalham com a produção de equipamentos usados no combate ao novo coronavírus, como máscara, álcool em gel e outros produtos. Também para as MPes, liberação de novos financiamentos de capital de giro, com recursos próprios da agência, que poderão ser realizadas com carência de até seis meses e prazo de 30 meses. Renegociação de parcelas vencidas com carência de até seis meses, 30 meses de prazo, e taxas de juros reduzidas nas renegociações.

[Voltar](#)

ANEXO – Detalhamento da atuação das instituições do SNF

Bancos cooperativos, Finep e Sebrae

Em conjunto com a Associação Garantidora de Crédito, **os três maiores sistemas cooperativos do Brasil** disponibilizarão recursos financeiros para capital de giro com carência de até 90 dias e pagamento em até 24 meses, visando a manutenção de postos de emprego e atividades produtivas das micro e pequenas empresas



Disponibiliza a prorrogação de contratos e refinanciamento para as operações adimplentes na linha “Capital de Giro Emergencial”, que possui carência de até 180 dias e prazo estendido para pagamento.



Reestruturação de operações de crédito dos segmentos afetados pela crise e abriram linha de crédito para atender a esse público com condições de prazo e preço diferenciadas.



Prorrogação por 60 dias das parcelas de crédito em dia de qualquer associado, pessoa física ou jurídica. Para o setor do turismo a cooperativa lançou duas ações de crédito emergenciais, com destaque para a carência de 9 meses: uma linha de renegociação de créditos ativos e uma linha de capital de giro com até 48 meses de prazo. Com isto, o empresário poderá contar com o recurso financeiro imediatamente e começar a pagar as parcelas a partir de 2021.



Negociação para promover junto aos entes públicos e privados a prorrogação do prazo para pagamento de tributos; a liberação de linhas de crédito em condições especiais; a renegociação e alongamento de dívidas; a desoneração tributária; a ampliação da garantia de operações de crédito; a ampliação das possibilidades negociais da jornada de trabalho, por meio de home office, férias coletivas e banco de horas; e o fortalecimento do Fundo de Aval da Micro e Pequena Empresa (Fampe). Além disso, estão oferecendo orientação gerencial e financeira diante do prejuízo provocado pelo coronavírus, atuando em parceria com instituições que representam os segmentos afetados.



Destinação de R\$20 milhões para apoiar projetos de pesquisa visando o desenvolvimento de tecnologias para o combate à doença por coronavírus.

[Voltar](#)

ANEXO – Detalhamento da atuação das instituições do SNF

Outras instituições

Caixa – Liberação de R\$ 111 bilhões para créditos e linhas de capital de giro de pequenas e médias empresas, compra de carteira e financiamento à produção agrícola, além de redução das taxas de juros de diversas linhas. O banco também está operacionalizando o programa do governo para a distribuição de vouchers para trabalhadores informais e aumentou o volume de empréstimos para Estados e Municípios por meio do programa Financiamento à Infraestrutura e Saneamento Ambiental (FINISA).

Banese – Prorrogou o pagamento de dívidas dos profissionais liberais e das micro e pequenas empresas por 60 dias.

Banestes – Reparcèlement de operações de crédito adicionando uma carência de até 60 dias em linhas de crédito específicas e criação de linha de Crédito Emergencial Bandes/Banestes direcionada às empresas de segmentos que sofreram perdas em decorrência da pandemia do Covid-19 e apresenta condições especiais de taxa, prazo e carência.

Banrisul - Parcelamento dos débitos dos próximos 60 dias de contratos vigentes e adimplentes, de clientes pessoas físicas e de micro e pequenas empresas. A operação poderá ser feita em nove parcelas, com 90 dias de carência para o primeiro pagamento, totalizando o prazo de 12 meses.